



Constituição de arquivos de movimentos sociais: reflexões sobre a produção documental do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Wilson Roberto Veronez Júnior

Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Brasil

wilson.veronez@unesp.br

Janaina Fernandes Guimarães Polonini

Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Brasil

janaina.polonini@unesp.br

Edmilson Alves Dos Santos Júnior

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Brasil

edmilson.junior@unesp.br

Resumo: Os movimentos sociais elaboram registros e documentos oriundos de reivindicações e práxis culturais. O MST, tem lutado pela reforma agrária popular, produção de alimentos orgânicos, defesa dos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+. No contexto das instituições burocráticas, os instrumentos, processos e princípios arquivísticos já estão presentes na produção documental, contudo, nos movimentos sociais, não. Este artigo analisa e discute a produção documental em arquivos de movimentos sociais, buscando compreender as práxis e como essas atividades são desenvolvidas, organizadas, representadas e preservadas. Por meio de pesquisa bibliográfica, e com auxílio de bases de dados, periódicos e congressos foram recuperados materiais sobre o tema. Infere-se que o MST adota modelos próprios para a produção e registro, e que para isso, o saber local é um fator preponderante para a caracterização, representação e modo de reprodução documental. Os arquivos de movimentos sociais apresentam particularidades concernentes à própria dinâmica de ação de cada grupo. Arquivos de movimentos sociais são, portanto, os arquivos dos vários sujeitos políticos nele envolvidos, sejam ou não formalizados, sejam ou não estruturados de acordo com princípios arquivísticos. No caso dos arquivistas, sendo aqueles que irão organizar e representar tais documentos, esse é um dado importante a considerar, ou seja, a inserção da própria entidade produtora dos arquivos em um quadro histórico e social mais amplo, além da elaboração de instrumentos de recuperação. Nesse contexto, não existe a figura de um arquivista que seja responsável pela produção documental, pois essa função é exercida em geral pelos próprios sujeitos políticos.

Palavras-chave: Arquivos de Movimentos Sociais - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- Práxis Culturais - Produção Documental - Tipologias Documentais



Introdução

Nos trabalhos científicos de Camoleze y Troitiño-Rodríguez (2019), Camoleze (2022) e Veronez Júnior, Troitiño-Rodríguez y Martínez-Ávila (2023) sobre o assunto, os movimentos sociais brasileiros elaboram registros e documentos oriundos de reivindicações e práxis culturais. Nessa concepção, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde a década de 1980, é considerado um dos maiores movimentos de reivindicação pela distribuição igualitária de terras do Brasil e com atuação sólida em algumas regiões da América Latina. O MST tem um grande alcance fora do país, na medida em que atua em forma de brigadas internacionais por intermédio da Via Campesina, essa cooperação contribui no processo de massificação e divulgação das ações do movimento ao redor do mundo. Um dos principais objetivos destas brigadas é promover a formação política de seus militantes e evidenciar cada vez mais as benfeitorias do Movimento para além do território brasileiro.

Ao longo de sua história, o MST, tem lutado pela construção e aprovação da reforma agrária popular, produção de alimentos orgânicos, defesa dos direitos das mulheres e do Movimento das Mulheres, Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexual e Não-binárias (LGBTQIAPN+), desse modo, essas ações são registradas e materializados em inúmeros em suportes informacionais e representados em diversos tipos documentais: fotografias analógicas e digitais, jornais, recortes de jornais, ofícios, cartas, revistas, correspondências, memorandos, documentos financeiros, panfletos, cartazes, charges, entre outras formas de manifestações que retratam as lutas e a preservação da memória de sua militância ao longo do tempo. Esses registros documentais somados às lutas é o que mantém em ação as atividades diárias do MST.

No contexto das instituições burocráticas-tradicionais, como empresas privadas, instituições governamentais, empresas públicas, os instrumentos, processos e princípios arquivísticos já estão presentes na produção documental, contudo, nos movimentos sociais, esses elementos substanciais não se fazem presentes de forma aprofundada. Nesse sentido, em sua produção documental, os movimentos sociais não seguem diretrizes, princípios e processos arquivísticos para a constituição de seus arquivos, seja por desconhecimento arquivístico ou por questões socioculturais. Por esse desconhecimento arquivístico por parte dos movimentos populares, pode-se compreender a falta de interesse em analisar e estudar a produção do conhecimento desses movimentos, contudo, essa análise se restringe de maneira geral aos seus militantes ou para algumas universidades majoritariamente voltadas aos campos de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Por questões socioculturais, na medida em que o movimento produz o seu conhecimento com base em suas experiências, algumas informações não podem ser evidenciadas, como por exemplo, estratégias e táticas de lutas políticas, programas de ações, entre outros fatores que acabam colocando o MST em uma situação de vulnerabilidade, já que a produção de registros documentais considerados “subversivos” em períodos de exceção (como no caso do Brasil, com a implementação do Regime Militar entre os anos de 1964-1985) ou até mesmo em regiões de conflito por terras, colocam em risco a vida dos sujeitos políticos, dado que estes podem ser presos, torturados e até mesmo mortos.

Lopez (1998, 1999), nessa discussão, já comentava sobre a necessidade de análise e da padronização de arquivos de movimentos de trabalhadores, porém, o autor apresentava a realidade do



Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo este um partido centenário, mas que até os dias de hoje não possui nenhum tipo de política de organização, representação, conservação e preservação de seus acervos documentais. Anos depois, French (2009), também destacava a necessidade de elaboração de políticas documentais para a organização de arquivos de movimentos sindicais no Brasil. Nessa discussão, Camoleze (2022), em sua pesquisa de doutorado já alertava sobre a necessidade de análise e da construção de instrumentos para arquivos de movimentos sociais.

Assim, esta proposta de artigo analisa e discute a produção documental em arquivos de movimentos sociais, com foco nas ações do MST, buscando compreender as práxis e como essas atividades são desenvolvidas, organizadas, representadas e preservadas pelo movimento ao longo de 40 de luta em defesa da classe trabalhadora do campo.

Todavia, não se trata de uma discussão inédita, uma vez que algumas produções científicas sobre o tema já foram publicadas em eventos, congressos nacionais e internacionais e em revistas científicas (Veronez Júnior et al, 2023).

Em termos metodológicos, para o desenvolvimento deste artigo científico, por meio de revisão de literatura, e com auxílio de bases de dados, revistas, periódicos e eventos científicos, manuais, enciclopédias e dicionários especializados foram recuperados trabalhos acerca dos seguintes temas: Arquivos de Movimentos Sociais, Movimento Sem Terra, Produção Documental, Tipologias, Tipos Documentais, Organização e Representação do Conhecimento e Organização e Representação do Conhecimento em Arquivos.

Outra fonte de informação que subsidiou a recuperação de materiais sobre o Movimento Sem Terra foi a Biblioteca da Questão Agrária, Revista Sem Terrinha e o Jornal Sem Terra. Estas três fontes são mantidas pelo Movimento, a primeira funciona como uma biblioteca especializada sobre questões agrárias, agroecológicas e produções científicas (artigos, monografias, dissertações, teses e livros), a segunda trata de produções de materiais adaptados a realidade das crianças (cuidado com o meio ambiente e ações educativas) e a última trata de divulgar as principais atividades desenvolvidas pelo MST (formação política, ações culturais, debates).

Os materiais foram recuperados nos idiomas português, espanhol e inglês. Não foi delimitado nenhum período específico para a recuperação dos materiais nas fontes de informações propostas. Nessa discussão, infere-se em um primeiro momento que o MST adota modelos e instrumentos próprios para a produção e registro de suas práxis, e que para isso, o saber local é um fator preponderante para a caracterização, representação e do modo de reprodução documental.

Arquivos de Movimentos Sociais

Antes mesmo de tratarmos sobre os arquivos de movimentos sociais, é necessário lembrar que a sua formação e organização não estão muito consolidadas do ponto de vista arquivístico, mas além disso, muito mais complexa é a sua definição. Apesar de algumas tentativas, sua definição não está muito clara na literatura arquivística. O termo nem mesmo se encontra indexado em obras de referência, principalmente em dicionários e manuais especializados do campo da Arquivologia.

Segundo autores como Gonçalves (2005), Medeiros (2020) e Camoleze (2022), os arquivos de movimentos sociais possuem características específicas relacionadas à dinâmica própria de ação de



cada grupo social. Dessa forma, há uma necessidade de atenção especial a esses arquivos, que frequentemente se situam nas margens dos sistemas burocráticos.

Gonçalves (2005), define que arquivos de movimentos sociais são, por consequência, os registros documentais dos vários sujeitos políticos nele envolvidos, sejam ou não formalizados, sejam ou não estruturados de acordo com princípios arquivísticos. Para os que estarão incumbidos (Profissionais da Informação: Arquivistas, Bibliotecários, Documentalistas, Cientistas da Informação e Museólogos) de organizar e representar tais acervos documentais, esse é um dado importante a considerar, ou seja, a inserção da própria entidade produtora dos arquivos em um quadro histórico e social mais amplo, além da elaboração de instrumentos de acesso e recuperação desses arquivos.

Com base nas reflexões de López (2012) os movimentos sociais, sejam eles do campo ou da cidade, apresentam peculiaridades próprias que tendem a perder sua essência em caso de um tratamento com bases em esquemas universalizantes. Ao priorizar elementos formais dos documentos, tais características tendem a se dissipar, evidenciando o caráter burocrático da produção documental, o qual frequentemente não é considerado pelos movimentos sociais. Portanto, é essencial considerar e debater os elementos informais e não aparentes na produção dos arquivos de natureza político-social. No âmbito dos movimentos sociais, os arquivos, em sua maioria, são produzidos sem base em diretrizes arquivísticas, normatização oficial ou preceitos jurídicos-legais e tem por hábito apresentar um caráter de informalidade, o que na maioria dificulta o processo de identificação documental.

Nessa discussão, Troitiño-Rodríguez (2015) observa que os arquivos provenientes das ações do MST carecem de uma metodologia consolidada de organização e representação arquivística. A ausência de metodologias e critérios bem estabelecidos para o tratamento desses arquivos resulta em dificuldades para reconhecer as marcas e registros de sua própria história. Similarmente aos arquivos produzidos por instituições tradicionais, há dificuldades em estabelecer mecanismos para nomear, reconhecer e denominar os documentos, criando uma tarefa extenuante para a disponibilização, difusão, preservação, conservação e acesso ao acervo (Troitiño-Rodríguez, 2015).

Portanto, para Camoleze y Troitiño-Rodríguez (2019, p. 128), os documentos produzidos pelo MST,

são registros de suas atividades e do funcionamento ideológico e social do movimento. Porém, essa documentação também tem um importante significado na constituição do social e compõe elemento representativo da história do Brasil. Ainda que a reunião de documentos provenientes do MST não possa ser considerada um arquivo nos moldes do tradicionalmente concebido – ou seja, formado dentro de uma organização legalmente constituída (pessoa jurídica), e obedecendo a regras ditadas pelo direito administrativo, é possível encontrar, em meio aos documentos oriundos do movimento, sinais de organicidade, cuja interpretação conduz a entendê-los como documentos arquivísticos. Assim, o conjunto de documentos proveniente do MST configura arquivo formado de modo paralelo ao convencional, o que é extremamente significativo e merece reflexão. Essa documentação também expressa uma autorrepresentação diferenciada da normalmente apresentada pelas instituições tradicionalmente constituídas, em geral, voltada para a compreensão das próprias experiências do movimento, enquanto tal, e da conjuntura na qual está inserido.



Os arquivos de movimentos sociais não constituídos por instituições públicas, governamentais ou empresariais exigem uma reflexão sobre a interconexão entre as funções organizacionais e os valores culturais de um acervo documental. Embora formados de maneira orgânica, esses documentos desempenham uma função social e cultural significativa dentro da entidade, nos grupos e na sociedade com os quais interagem. Diferenciam-se dos demais pela representatividade, pela forma como são criados e reunidos, e pela importância que têm para seus militantes e para pesquisas em diversas áreas do saber.

Em síntese, os arquivos de movimentos sociais são constituídos de valores simbólicos de história e de luta, na medida em que o movimento avança na realização de seus objetivos e obtenção de suas conquistas, o registro e a preservação se torna necessário para a continuidade das ações desses movimentos populares.

A seguir, serão apresentados alguns aspectos históricos sobre o surgimento e da contribuição do MST para a luta social pela terra no Brasil e sua atuação na América Latina.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST, desde sua criação em 1984, construiu sua unidade em torno de três objetivos: a luta Desde sua criação em 1984, o MST construiu sua unidade em torno de três objetivos principais: a luta pelo direito à terra, a reforma agrária popular e transformações sociais mais amplas. As ocupações de latifúndios, facilitadas pela capacidade de organização de diversos sujeitos sem-terra (assentados e acampados da reforma agrária), são uma característica central de sua forma de luta (Mariano y Paz, 2018). Vale salientar que as atividades do MST englobam demandas da sociedade civil que vão além da luta pela reforma agrária. Essas demandas incluem a busca pela emancipação das mulheres, pela igualdade LGBTQIAPN+, pelo reconhecimento do movimento negro, quilombolas, povos originários, ribeirinhos, imigrantes e migrantes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e outros grupos que historicamente foram excluídos, marginalizados e afetados pela desigualdade política e econômica.

O MST é considerado um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil e da América Latina, devido às suas vigorosas lutas pela reforma agrária popular e à sua trajetória de quase quatro décadas em defesa da classe trabalhadora rural (Camoleze y Troitiño-Rodríguez, 2019). No Brasil, o MST atua em 24 estados, e conta com um total de 450 mil famílias assentadas e ainda há pelo menos 90 mil famílias acampadas que estão à espera de receberem os seus lotes. Somado a isso, o Movimento Sem Terra dispõe de mais de 160 cooperativas, 120 agroindústrias e 1900 associações que contribuem na produção de produtos oriundos da agricultura familiar. O MST concentra suas atividades principalmente nas regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil. No entanto, devido aos consideráveis conflitos enfrentados com grileiros, latifundiários e garimpos nas regiões centro-oeste e norte do país, o Movimento adota uma abordagem mais cautelosa nessas áreas.

A origem do MST remonta à resistência agrária histórica no Brasil, que se intensificou nas décadas de 1950 e 1960 com o surgimento das Ligas Camponesas, ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTABs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Como resultado dessa trajetória,



o MST estabeleceu uma parceria estratégica com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que desempenha um papel fundamental na formação política e cultural de seus membros, sejam eles assentados, acampados ou não (MST, 2015, Dalmagro, Bahniuk y Camini, 2017, Camoleze y Troitino-Rodríguez, 2019). Além do convênio com o MST, a ENFF estabelece inúmeras parcerias com escolas, colégios e institutos educacionais que enxergam no universo ambiental uma possibilidade de emancipação, fortalecimento da identidade de um grupo, visibilidade, construção de uma memória coletiva mais plural e democrática e para a transformação social.

De acordo com Medeiros (2020), os movimentos sociais surgiram a partir de encontros de moradores ao longo do período que teve início no final dos anos 1950 e se estendeu até a década de 1980. Atualmente, esses movimentos assumem uma configuração formativa distinta, expandindo-se para incluir reuniões de residentes de comunidades e evoluindo progressivamente para incluir exemplos de movimentos de classe.

Segundo Cardoso (1994), os movimentos sociais têm sua base em associações de bairro, grupos de moradores, igrejas, clubes de mães, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outras organizações da sociedade civil. À medida que se tornam mais numerosos e ativos, são reconhecidos como formas genuínas de participação social e popular, onde a democracia interna facilita tanto a expressão de uma vontade coletiva quanto o enfrentamento direto das políticas públicas autoritárias. Diante disso, diversos movimentos populares têm servido como apoio para a formação e sustentação dos movimentos sociais no Brasil, contribuindo até os dias atuais para suas lutas.

Portanto, é comum que os movimentos sociais reúnam várias associações ou coletivos em torno de demandas específicas, insatisfações e aspirações compartilhadas. Nesse contexto, eles englobam uma ampla gama de movimentos políticos de viés ideológico de esquerda, incluindo partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); movimentos sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); movimentos de sem-terra e sem-teto, como a Frente Nacional de Lutas (FNL) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); Movimento Estudantil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE); movimento feminista; movimentos sociais de minorias; movimento pela igualdade de gênero; movimento negro, entre outros.

Assim, pode-se compreender que

A constituição dos movimentos sociais ocorre de maneira ativa e consciente, como algo que acontece nas relações humanas, criando experiências que formam a cultura, por meio das tradições, dos valores, ideias, ideologias, instituições e práticas culturais. Assim, o surgimento de movimentos sociais não ocorre com base em estruturas pré-determinadas, mas se dá por meio de processos históricos. Compostos por saberes, informações e organização culturais e transmitidas por vivências e experiências coletivas (Camoleze y Troitino-Rodríguez, 2019, p. 123).

Sob uma abordagem econômico-estrutural, Santos (2008) argumenta que os movimentos sociais emergem em resposta às privações enfrentadas pela classe trabalhadora, que busca condições de vida dignas e utiliza a luta como um instrumento legal para alcançá-las. Nessa linha de pensamento,



Santos (2008) sugere que os movimentos sociais, possivelmente devido à sua mensagem de superação das relações de exploração e dominação, passaram a ser percebidos como portadores da utopia da transformação social. No entanto, é relevante ressaltar que esses movimentos têm origem fora dos espaços produtivos e das arenas políticas tradicionais, surgindo em locais marcados por diversas privações.

No caso do MST, a reivindicação por melhores condições de sobrevivência e de trabalho no campo evidencia cada vez mais um olhar do poder público no que tange a necessidade de suprir suas demandas essenciais, que transcendem a questão do direito à terra como função social, mas também a possibilidade de se produzir com maior qualidade de vida, tendo os seus direitos básicos e humanos respeitados e sem serem criminalizados pela sociedade.

Discussão: Constituição de arquivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A discussão sobre os arquivos do MST destaca os desafios enfrentados por esse movimento social, mas também sublinha a importância contínua do trabalho arquivístico nesse tipo de acervo. Profissionais nessa área, como os arquivistas, desempenham um papel fundamental na preservação da memória, na representação autêntica das experiências dos movimentos sociais e na garantia da relevância e acessibilidade da informação ao longo do tempo.

O desconhecimento generalizado sobre o trabalho arquivístico muitas vezes resulta na desvalorização do profissional e da própria arquivística (Furtado y Belluzzo, 2018). Este campo multidisciplinar e estratégico enfrenta o desafio de operar nos bastidores, longe do olhar cotidiano, o que contribui para a falta de compreensão de sua relevância.

Os arquivistas desempenham um papel fundamental na gestão, preservação e acesso eficiente aos documentos, garantindo a autenticidade, integridade e disponibilidade da informação ao longo do tempo. Suas principais características incluem a habilidade de classificar e organizar documentos, criar sistemas de arquivamento eficazes, aplicar princípios éticos e legais, além de contribuir para a transparência e prestação de contas.

A desvalorização do trabalho deste profissional da informação muitas vezes decorre da falta de percepção sobre a complexidade do trabalho arquivístico, que vai além de simplesmente analisar, armazenar e preservar documentos. É essencial destacar que os arquivistas são guardiões da memória e do conhecimento, desempenhando um papel fundamental na construção e preservação da identidade cultural e histórica de organizações, comunidades, movimentos sociais e sociedades.

O MST certamente se beneficiaria significativamente ao contar com profissionais qualificados na gestão e organização de seus arquivos. A presença de especialistas em arquivologia potencializaria a valorização e perpetuação do conteúdo produzido pelo movimento ao longo de suas quatro décadas de existência. Arquivistas qualificados seriam capazes de implementar metodologias consolidadas, estabelecer sistemas eficazes de classificação e preservação, e garantir a acessibilidade adequada aos documentos (Rousseau y Couture, 1998).

Além disso, a orientação profissional proporcionaria ao MST uma abordagem mais estruturada na constituição e manutenção de seus arquivos, assegurando a autenticidade e integridade das



informações produzidas por eles. A valorização do trabalho arquivístico contribuiria para uma compreensão mais profunda das lutas e conquistas do MST, facilitando a pesquisa, a transmissão de conhecimento e a preservação da memória do movimento, promovendo, assim, uma representação mais robusta e duradoura de suas atividades e ideais.

No que diz respeito à constituição de arquivos de movimentos sociais, algumas observações deverão ser feitas, principalmente a aceitação do próprio MST sobre o estabelecimento de parâmetros arquivísticos e principalmente a valorização e a contratação de profissionais arquivistas para a gestão, organização e preservação da memória e dos arquivos do Movimento Sem Terra.

Essas observações são importantes, já que o MST trata-se de uma entidade política que produz documentos e que necessita de profissionais especializados para a sua conservação e preservação.

Outra reflexão importante que se coloca é a discussão junto ao Movimento e as entidades profissionais da área de Arquivologia para formação de militantes para a organização e a preservação da memória e dos documentos do MST. Essa cooperação ajudaria a valorizar o profissional arquivista e conseqüentemente o próprio Movimento.

Conclusões

Este estudo teve como objetivo compreender a produção documental nos arquivos de movimentos sociais, com ênfase nas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo de suas quatro décadas de ativismo em defesa da classe trabalhadora do campo. Durante esse período, o MST atuou em 24 estados do Brasil, envolvendo mais de 450 mil famílias assentadas e aproximadamente 90 mil famílias acampadas. Analisando essas informações, é possível ter uma noção da massa documental produzida pelo movimento nesses últimos 40 anos. Essa massa documental precisa ser tratada e preservada, e para isso, o profissional arquivista possui competência, orientações e técnicas específicas para esse tipo de acervo.

A análise evidenciou que, diferentemente das estruturas burocráticas convencionais, os movimentos sociais, incluindo o MST, não aderem a diretrizes, princípios e processos arquivísticos formais na constituição de seus arquivos. A ausência de metodologias consolidadas para a organização arquivística dos documentos do MST dificulta a identificação das marcas e registros de sua própria trajetória.

Uma reflexão que se coloca é, na medida em que o MST não reconhece determinados padrões impostos pela Arquivologia a tendência é a de que em algum momento, o Movimento seja contestado com relação ao desenvolvimento de suas ações, pois a padronização de seus processos depende de maneira direta e indireta do estabelecimento de diretrizes para o processo de discussão, elaboração e a implementação de instrumentos de organização e representação do conhecimento de forma física ou a partir de interface com sistemas de informação e sistemas de organização do conhecimento.

O trabalho arquivístico desempenha um papel fundamental na preservação, organização e acesso à informação ao longo do tempo. Ao aplicar princípios e técnicas específicas, os profissionais de arquivologia contribuem para a gestão eficiente de documentos, garantindo sua autenticidade, integridade, organicidade e disponibilidade.



Os arquivos não são constituídos apenas para cumprir sua função de prova e testemunho, mas também para preservar a memória histórica de organizações, instituições e sociedades, facilitam a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação. Além disso, o trabalho arquivístico é essencial para a construção e manutenção da identidade cultural, permitindo que comunidades e grupos preservem suas práxis, valores e experiências ao longo do tempo. Em um mundo cada vez mais orientado por dados, a atuação dos profissionais de arquivologia é essencial para garantir a eficácia e a relevância contínua da informação, promovendo a continuidade histórica e o avanço do conhecimento nos mais diversos grupos e movimentos multiculturais da sociedade.

Referências bibliográficas

- Camoleze, J. M. C., & Rodriguez, S. M. T. (2019). Produção e tipologia documental de movimentos sociais: estudo sobre o arquivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras do Brasil (MST). *Inf. Pauta*, 4 (2), 121-136. DOI: <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v4i2.2019.42191.121-136>
- Camoleze, J. M. C. (2022). Arquivos e movimentos sociais: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (Tese de Doutorado). Marília: Universidade Estadual Paulista (UNESP). <http://hdl.handle.net/11449/234955>
- Cardoso, R. C. L. (1994). A trajetória dos movimentos sociais. In *Os anos 90 : política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Couture, C. & Rousseau, Jean-Yves. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote.
- Dalmagro, S. L., Bahniuk, C., & Camini, I. (2017). Escola Itinerante do MST: 20 anos de aprendizados na luta. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 9(2), 168-184.
- French, J. D. (2009). To Inherit the Earth: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil. *Revista Mundos do Trabalho*, 1(2), 282-285.
- Furtado, R. L., & Belluzzo, R. C. B. (2018). Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. *Informação & Informação*, 23(2), 314–339. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n2p314>
- Lopez, A. P. A. (1998). Tipologia documental para arquivos de partidos e associações políticas no Brasil contemporâneo. 12º Congresso Brasileiro de Arquivologia. João Pessoa, Paraíba.
- Lopez, A. P. A. (1999). Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras. São Paulo: História Social USP/ Loyola, 1999.
- Mariano, A., & Paz, T. (2018). Diversidade Sexual e de Gênero no MST: Primeiros passos na luta pela liberdade sexual. *Hasteemos a Bandeira Colorida*. São Paulo, Expressão Popular, 289-313.
- Medeiros, R. P. (2020). A construção da memória e da identidade pelos movimentos sociais: a atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre relatada em seu acervo. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *História do MST*. [S. I.]: MST, 2015.
- Santos, R. B. D. (2008). Como analisar os movimentos sociais urbanos. In *Movimentos sociais urbanos* (pp. 175-175). São Paulo: Editora Unesp.



Troitiño-Rodríguez, S. M. (2015). Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais: dialogando com Mariano Garcia Ruipérez. Dar nome aos documentos: da teoria à prática. São Paulo: Fundação FHC, 158-181.

Veronez Junior, W. R., Camoleze, J. M. C., Troitiño-Rodríguez, S. M., & Martínez-Ávila, D. (2023). Conocimiento en Movimiento: reflexiones sobre la Organización y Representación en los archivos del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. Revista EDICIC, 3(2), 1-15.
<https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/198/211>

Veronez Júnior, W. R; Troitiño-Rodríguez, S. M; & Martinez-Ávila, D (2023). Organização e Representação do Conhecimento em Arquivos de Movimentos Sociais: o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. VII Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento (COAIC), Universidade Estadual de Londrina (UEL).
<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2023/coaic23/paper/viewFile/837/669>

